

IMPRESSÕES DA CONTEMPORANEIDADE: MERCADO, FINANÇAS, CRISE E O MUNDO DO TRABALHO

Vagner Luís da Silva¹

Resumo:

Sublinhar alguns aspectos das mudanças sociais contemporâneas é o objetivo deste ensaio, retomando temas de inequívoca importância na atualidade, bem como as interpretações mais conhecidas sobre eles produzidas. Assim, destacamos: a centralidade do mercado, apontando a sua capacidade de, a um só tempo, oprimir o indivíduo pela construção de novas necessidades e depreciar o poder de intervenção do Estado; a crescente financeirização da economia, cuja influência no redirecionamento do processo de acumulação capitalista somente pode ser compreendida com o aporte das novas tecnologias num mundo globalizado; a dinâmica das relações de trabalho na contemporaneidade, sobretudo, frente à crise recente que assola algumas economias centrais.

Palavras-chave: Contemporaneidade. Mercado. Crise. Mundo do trabalho. Capital financeiro.

INTRODUÇÃO

Nos últimos 30 ou 40 anos as sociedades se viram às voltas com importantes transformações que atropelaram o homem comum e a visão de mundo, mais ou menos geral, por ele produzida. Mudanças originadas, sobretudo, no campo da política e da economia, ora graduais ora coroadas como rupturas inesperadas; esse conjunto razoavelmente heterogêneo de fatos e episódios ganhou visibilidade e marcou o discurso mais recente nas ciências sociais. Muito embora, não haja concordância absoluta em relação aos fatores constitutivos ou motivadores das mudanças no mundo contemporâneo, podemos afirmar, em torno de algum consenso, que a atualidade tem sido marcada por transformações demasiadamente velozes e envolvidas pelo largo espectro da tecnologia e seus muitos desdobramentos.

¹ Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. E-mail: vagnersilva125@gmail.com



O propósito deste curto ensaio é o de expor um quadro geral que auxilie na observação da dinâmica das sociedades nas últimas décadas — momento de redefinição da política e das relações de trabalho, do imperativo da economia financeira, da reestruturação produtiva, da consolidação de um arsenal sem fim de novas tecnologias, de dissolução dos tradicionais laços de sociabilidade e de adensamento de novas e incertas relações sociais. Procurar-se-á percorrer, mesmo que sumariamente, alguns desses elementos que consideramos representativos das mudanças recentes, bem como apontar algumas linhas de interpretação que têm ecoado de maneira mais persistente nas discussões teóricas da atualidade.

A exploração da história imediata nos conduz por alguns tópicos inovadores, como a tecnologia da informação, e por temas já conhecidos, mas experimentados na contemporaneidade sob novos formatos, tais como as crises de conjuntura e o poder do capital financeiro. De certo modo, temos a percepção de que se descortina nas últimas décadas um novo quadro de referências e significados para a compreensão coletiva. Ocorre que é inevitável algum sentido de que o horizonte chegou trazendo o definitivo. Compreende-se, assim, que certa leitura do mundo contemporâneo se debruce sobre o tema “mudança social” coroando a interpretação deste momento histórico como crucial para a humanidade — relativamente difusa no circuito acadêmico tal leitura se ancora em conceitos como pós-modernidade e pós-industrialismo.²

Sem discutir os méritos desse rumo conceitual, nossa avaliação não partilha da visão geral de que este momento experimentaria um corte histórico permanente e sem precedentes em outros tempos. Como se o agora fosse o cume das transformações sociais mais relevantes vividas em sociedade; o instante decisivo da história humana. Nem tanto ao céu, nem tanto ao mar. Embora compreendamos a importância da dinâmica recente da história nas últimas décadas, não abdicamos de compensá-la numa perspectiva processual. Perspectiva que admite a observação de avanços e recuos no que diz respeito às ações coletivas, às relações de trabalho, ao domínio econômico ou político. Assim, procuramos chamar a atenção para as

² O debate em torno da ideia de Pós-Modernidade, embora tenha arrefecido na última década, é muito diverso, tanto na sua fundamentação quanto no número de autores que nele se engajou. Um sentido mais geral de ruptura, porém, é o elemento comum que dá alguma unidade ao conceito. Uma boa introdução ao tema encontra-se em Anderson (1999).

mudanças contemporâneas, não só pelo que elas têm de singular, mas também pelo que é resultado do aprofundamento de situações de poder que se originam em períodos mais afastados no tempo.

1 PERCALÇOS DA HISTÓRIA RECENTE

Se quisermos arriscar um momento de referência para as atuais mudanças, talvez meados de 1970 seja uma opção. Ainda que, de um modo embrionário, situações importantes ali já começavam a ser moldadas para marcar as décadas seguintes. A noção de um mercado superlativo já se arquitetava por aqueles idos, mesmo a despeito dos dois choques do petróleo que definiram a economia da década. Em parte mesmo por conta das imperfeições do sistema econômico que denunciaram os limites do Estado em momento de crise radical de abastecimento, em parte por conta da relevância dada às novas abordagens acadêmicas na economia sentidas desde a Escola de Chicago e seu representante maior Milton Friedman.³ O discurso econômico percebia a presença de um liberalismo revitalizado pelos aprimoramentos da economia neoclássica e tinha por pretensão arejar o debate no ramo, sombreado até então pela monumental presença keynesiana e pelas políticas desenvolvimentistas.

Falar de um mercado superlativo, nesse caso, significa apontar esse momento em que ele assume um papel extraordinário, com poder de decisão e com largo grau de autonomia. O mercado parte daquele contexto dos anos 70 para, em outras palavras, alcançar uma institucionalidade responsável por situá-lo como polo de poder definitivo, a despeito de seu não reconhecimento como instância oficial do jogo de poder. Os governos Thatcher e Reagan, inaugurados em 1979 e 1980, na Inglaterra e nos Estados Unidos, respectivamente, compõem um ato a mais desse teatro que se desenrola para esvaziar o Estado clássico de suas funções históricas. O tema central presente em qualquer roteiro do período é reforma, mote universal aplicado à administração pública, ao sistema de impostos, à previdência pública, às leis trabalhistas, à rede de proteção social gerenciada pelo Estado. O roteiro ainda inclui pesados programas de ajustes com redução da capacidade operacional dos

³ Ganhador do Nobel de economia em 1976, fato que denota a importância crescente dos monetaristas no pensamento econômico.

governos. Corroído seu poder de coerção, o Estado perde a “prioridade manifesta sobre todas as outras organizações”, condição que o define em essência, se quisermos concordar com Tilly (1996, p. 46).

É certo que o mercado, como instância desprovida de fronteiras objetivas, sempre teve algum papel no jogo de forças envolvendo a ação política do Estado, de partidos, sindicatos e trabalhadores — desde um papel coadjuvante nos primeiros séculos do desenvolvimento capitalista até uma posição mais central no contexto da industrialização nos séculos XIX e XX. Para além do entendimento clássico que o aceita como o ambiente da organização espontânea das trocas, da produção, da distribuição, da competição, do interesse e das relações de trabalho, o mercado é reconhecido como uma instituição capaz de gerar as táticas mais eficazes no que diz respeito à acumulação e ao gerenciamento e controle da mão de obra. Penetra a estrutura da vida social, redefinindo-a conforme o jogo de interesses em causa, segundo a clássica visão de Polanyi (1980). Como esfera intangível das relações sociais, o mercado tem por destino ser o espaço da comunhão de interesses individuais ou de grupos para a maximização de ganhos privados. Nesse sentido, como o ambiente da suposta liberdade de escolha, ele orienta o emprego ideal de fatores de produção na possibilidade de aferir os melhores resultados.

Vista em perspectiva, a ação do mercado, indefinida pela sua própria natureza, tinha limites oficiais impostos pela ação política do Estado — tributação, leis antitrustes, legislação trabalhista, fiscalização permanente de cartéis e demais. Contudo, como espaço institucional de relativa autonomia e difícil controle, o mercado, tomado como ameaça, impõe-se cada vez mais tanto sobre o cidadão comum quanto sobre os governos constituídos. Assim, como respalda o entendimento mútuo entre os atores econômicos, o mercado também acolhe a competição imperfeita e se apresenta incompatível com um regime de oportunidades equivalentes, quando se trata da dinâmica dos monopólios e outras táticas ostensivas de acumulação. O discurso da racionalidade imanente do mercado oculta os desvios de conduta de seus agentes mais organizados. Em virtude da sua onipresença, principalmente nas últimas três ou quatro décadas, vimos o mercado ser alçado ao posto de divindade responsável por conduzir a humanidade para a exaltação do individualismo e para a redenção do consumo.

No universo das práticas consumistas, assistimos a mercadoria adquirir qualidades intrínsecas nunca antes imaginadas, sobretudo, em virtude da poderosa publicidade multimeios do mundo atual. O consumismo se impõe como essência do indivíduo e a mercadoria, sem ser percebida como resultado da atividade humana, descola-se do domínio da produção. A mercadoria fetichizada, por assim dizer, e alheia ao trabalhador passa a ter um fim em si mesma. Esse processo, claro, não é novo, sendo amplamente conhecido desde o marxismo clássico. A novidade aqui consiste em difundir um consumo sem escala por meio das modernas técnicas de comunicação. Dois princípios estão intimamente aliados ao contexto da novidade. A obsolescência programada, isto é, a produção de mercadorias com a redução dos prazos de seu funcionamento — baixa durabilidade e consumo permanente —; e a obsolescência percebida, ou seja, as mercadorias por razões de design e massiva propaganda são rapidamente sentidas como ultrapassadas, sendo seu consumo impulsionado pela expectativa de integração social.

Logo, o contexto da produção é submetido ao contexto da circulação das mercadorias, reino em que o mercado desponta como o ambiente básico da relação entre as pessoas. O cálculo envolvendo individualismo e consumo tem no mercado seu fator invariável essencial. A radicalização das premissas liberais, — o neoliberalismo do jargão militante — nas últimas décadas, foi lhe conferindo atributos especiais para o jogo social; sua ação de indefinida passou a se definir pela sua posição como elemento orientador da conduta humana. O mercado é aceito, então, como o repositório das virtudes, colocado como referência essencial para outros universos que dele deveriam estar descolados, como a saúde, a educação, a pesquisa acadêmica, a segurança, entre outros. De certo modo, o avanço das finanças em tempos mais recentes tem promovido a deterioração da funcionalidade e da natureza original do mercado.

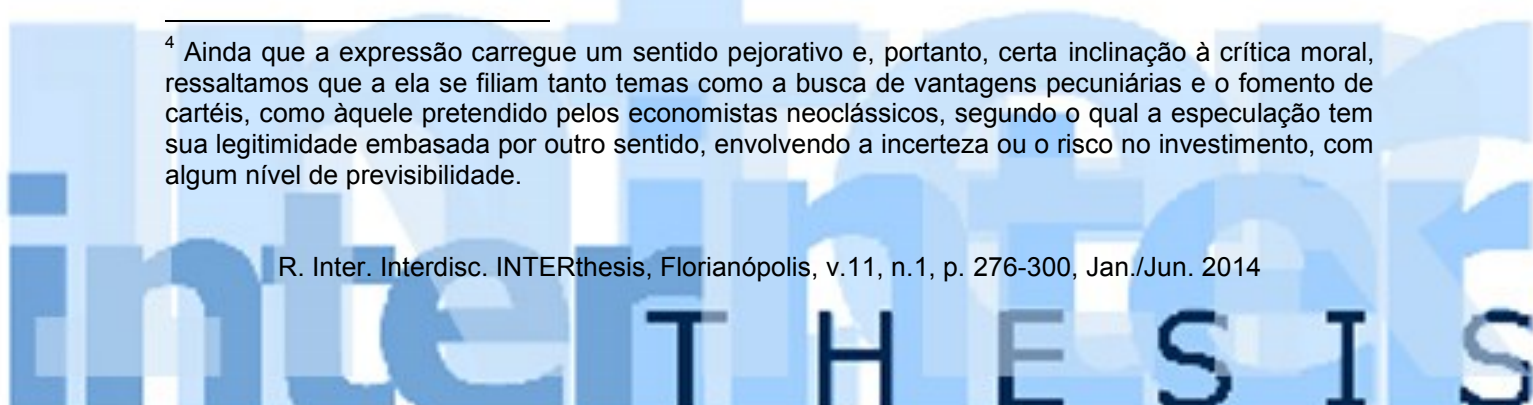
Curioso notar que o gradual processo que levou o mercado ao centro das decisões e das discussões acadêmicas se deu em um momento particular da política internacional: os anos 80, momento da crise do socialismo soviético e de todas as suas repúblicas satélites. Como sabemos, o Estado interventor e as políticas de bem-estar social agigantaram-se com os desdobramentos da crise de 1929 e, sobretudo, no pós 2ª guerra mundial. Nesse caso, a vitória dos soviéticos na fronteira leste da Europa e a organização dos demais Estados socialistas nessa

região tornaram-se um exemplo inoportuno para o capitalismo ocidental. O viés intervencionista, bem como as políticas públicas de bem-estar social de muitos dos países europeus aliados dos Estados Unidos no pós-guerra foram se constituindo em contrapartida reformista ao espectro socialista que rondava a Europa ocidental desde o leste do continente. Ademais, muitos dos partidos de esquerda europeus se equilibraram em plataformas reformistas na mesma medida em que rejeitaram as perspectivas revolucionárias de inspiração bolchevique. Em outras palavras, no contexto da guerra fria, as políticas públicas de alguns Estados pró-capitalismo nortearam-se pela socialização de bens sociais, pela regulamentação do capital, pela proteção trabalhista, em parte como estratégia para amenizar as aspirações revolucionárias da esquerda, em parte para seduzir as massas trabalhadoras no jogo eleitoral das sociedades democráticas.

O arranjo histórico que apresenta a crise do Estado concomitante à crescente presença do mercado é mais bem compreendido com o aporte de dois temas importantes: o poder financeiro e a globalização. No que diz respeito ao poder financeiro, aqui se faz referência à irrestrita capacidade de circulação de ativos pelo mundo afora, insuflada pelos novos termos da orientação liberal mais aguda. Capitais que, sem referência no sistema produtivo, promovem o crescimento de uma economia potencialmente virtual. Ou seja, falamos do deslocamento constante de capitais sem as barreiras costumeiras que se impõem às pessoas. Movimentação que tem por finalidade óbvia o lucro, em razão de aplicações como capital produtivo ou principalmente como capital especulativo. Aliás, falar de mercado financeiro tornou-se quase que sinônimo de especulação.⁴

Em vista dessa financeirização da economia, saliente-se a tibieza do Estado em resistir a tal poder de ingerência. O Estado atual perde sua legitimidade política frente à flexibilidade do capital, pois, sob ameaça constante, não consegue viabilizar soluções para seus problemas globais. As pressões do universo financeiro, popularizadas pelos cadernos de economia e pela mídia televisiva, são conhecidas e denotam os limites do Estado em prevenir os frequentes ataques especulativos aos

⁴ Ainda que a expressão carregue um sentido pejorativo e, portanto, certa inclinação à crítica moral, ressaltamos que a ela se filiam tanto temas como a busca de vantagens pecuniárias e o fomento de cartéis, como àquele pretendido pelos economistas neoclássicos, segundo o qual a especulação tem sua legitimidade embasada por outro sentido, envolvendo a incerteza ou o risco no investimento, com algum nível de previsibilidade.



títulos públicos, a dificuldade em controlar e equilibrar as taxas cambiais, a ineficácia na captação de recursos para o gerenciamento das demandas locais, o incerto controle da inflação com medidas monetaristas e elevação de juros que beneficiam o grande investidor, entre outros.

Acossado pelas crises de conjuntura, o poder público se vê obrigado a barganhar com um regime de finanças sem controle, frequentemente sob a intimidação de agências de avaliação de risco estrangeiras — situação que prevalece em países de economia periférica. Os termos da barganha são conhecidos como: metas de inflação, oferta de títulos públicos, desregulamentação bancária. A aquiescência de órgãos internacionais multilaterais para com a expansão das finanças denota o balizamento que os Bancos Centrais e outros instrumentos reguladores de governo vêm ocasionalmente sofrendo. O Estado, sobretudo aquele de economia dita subdesenvolvida, se vê subordinado por uma dupla condição: “monitorado por ‘autoridades’ políticas supranacionais — credores sem rosto e entidades multilaterais reguladoras ou chanceladoras, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial de Comércio” (MORAES, 2004, p. 322); e alijado de seus três monopólios fundantes “(1) o monopólio da produção da norma jurídica; (2) o monopólio da extração e do uso coletivo de parte do excedente econômico gerado no mundo privado; e (3) o monopólio da coerção legítima” (MORAES, 2004, p. 322). Corroído em seu papel original, o poder público é levado a se alinhar às demandas externas por vezes estranhas àquelas localmente interessadas. Os esforços e investimentos regulares do Estado vão se orientando pela pressão de forças que flutuam entre a legitimidade do mercado e as virtudes da liberdade de comércio.

Porém, dizer que o Estado se encontra refém de tal situação de poder alicerçada pelo mercado não quer dizer que ele não tenha papel algum na economia capitalista. Os recentes tropeços da economia mundial, evidentes com a crise de 2008, demonstram que o Estado tem sim o papel de salvaguardar as desventuras especulativas do mundo dos negócios. Afinal, nos momentos mais cruciais da crise foi ao Estado que se recorreu para capitalizar mega empresas ou para sanear o mercado financeiro, comprando hipotecas ou ativos podres de instituições bancárias. O aporte estatal passou a casa do trilhão de dólares, somadas as intervenções

saneadoras dos Estados Unidos, Japão e Europa. O objetivo maior: manter a confiança do mercado e garantir a reorganização do processo de acumulação.

Em que medida, porém, o mercado e o poder financeiro estão reduzindo o alcance da política no mundo contemporâneo? Lembremos que o Estado, com alguma dose de keynesianismo e exemplos em todos os continentes, não abdicou plenamente de um papel clássico do roteiro intervencionista: o agente do desenvolvimento nacional com o controle de empresas estatais de grande porte. Países que se tornaram economicamente relevantes nos últimos anos — China, Índia, Brasil, Rússia, África do Sul — e mesmo países europeus já consolidados têm referenciado seu relativo sucesso pelo controle estatal de grandes empresas de mineração, petróleo, gás e telecomunicações.

Aparentemente o Estado, sobretudo no caso das *commodities*, manteria o controle de meios estratégicos e poder de intervenção no mundo dos negócios privados. Ocorre, contudo, que, mesmo nesses casos, nem o aparelho estatal e nem suas empresas, propagandeadas como a menina dos olhos do setor público, conseguem fugir à lógica imposta pelas situações de mercado. Os negócios públicos são também vítimas das diligências do capital e da fluidez dos ativos interessados na maximização de resultados, ou seja, do poder financeiro que percorre o mundo pressionando a gestão das empresas estatais e, por vezes, dirigindo os investimentos localizados mais lucrativos em prejuízo dos interesses sociais. Em outras palavras, esse capitalismo de Estado, termo que já ganhou espaço entre os articulistas,⁵ não implica na soberania da política como promotora de bens sociais, mas no coroamento da economia como última instância de decisão.⁶

A globalização aparece nesse quadro como o pano de fundo que põe em destaque o papel do mercado, do livre comércio e dos argumentos liberais. Contudo, a expressão cercou-se de uma aura mítica e reveladora das novas relações sociais, em razão de ser tratada como uma novidade inequívoca no mundo contemporâneo. Nem uma coisa, nem outra. Mesmo porque, a globalização não é fenômeno atual

⁵ Vide a reportagem especial da edição da *The Economist* de janeiro de 2012.

⁶ A Petrobras brasileira e a Gazprom russa são exemplos disso, afinal ambas têm sido, para seus governos, ineficientes como instrumentos de controle inflacionário. A primeira pela incapacidade em manter os preços dos combustíveis dentro de limites razoáveis e a segunda por não ser eficaz em oferecer a preços generosos o gás necessário ao aquecimento das famílias russas no rigoroso inverno do norte.

nem exclusivo de manifestações recentes. O capitalismo moderno, desde seus séculos de origem, tem se ocupado em alargar as fronteiras de sua influência. A expansão da atividade mercantil mundo afora e o deslocamento de capitais viveram outros momentos cruciais. Em tempos mais recentes, porém, o que se tem é um aporte magnífico dos meios de comunicação e deslocamento que dão maior visibilidade aos negócios, produzindo a ilusão de que a desterritorialização do capital é um evento ainda fresco.

A inclinação internacional do capital sempre o empurrou para novas etapas de acumulação, promovendo monopólios, oligopólios, formação de *holdings*, há pelo menos século e meio. Para além das fronteiras nacionais, os conglomerados corporativos têm demandado a fusão de negócios importantes, reeditando a secular prática da incorporação na expectativa de contornar decrescentes taxas de lucro em alguns setores de concorrência demasiada. Por volta dos últimos quarenta anos, porém, a flexibilidade de algumas empresas notabilizou a produção fabril terceirizada. A Ásia tem sido o destino seguro de grandes marcas multinacionais na caça aos custos mínimos. A contratação de fábricas asiáticas para a produção, sobretudo, de bens de consumo não duráveis, tem evidenciado as condições precárias de trabalho e baixos salários que o grande capital está disposto a patrocinar.

Essa feição global do capital, propagandeada como novidade do mundo contemporâneo, tem corroborado mudanças drásticas no mercado de trabalho. A introdução de um sem número de meios tecnológicos no universo fabril tem redimensionado a velha linha produtiva de estilo fordista. O operário tem sido requisitado com novos saberes; nas fábricas seu número tem caído em função da especialidade que ele é capaz de aplicar à produção ou do manuseio de processos digitais de novos equipamentos. Concomitante a esse cenário, a terceirização atinge inúmeros setores produtivos sob a lógica da limitação dos custos de produção.

Muitas dessas transformações se desdobram a partir de temas como a fábrica mínima, estoque reduzido, flexibilidade produtiva, operário polivalente, produção diversificada e conduzida diretamente pela demanda, isto é, temas genericamente enquadrados no modelo japonês de produção, subsídio gerencial investigado amplamente por Coriat (1994). Com impacto direto nos custos produtivos, tais elementos organizacionais há muito inundaram as fábricas ocidentais, com variantes

mais ou menos híbridas frente às demandas locais. Muito embora, o desemprego estrutural esteja atrelado à inovação tecnológica, com a introdução da robótica e demais processos automatizados, ele também deve ser entendido como um dos subprodutos do toyotismo — ou ohnismo, como prefere Coriat (1994). Afinal, muito da reorganização do ambiente de trabalho, em contexto de revisão da produção em massa, resultou em enxugamento do quadro de trabalhadores.

Esmagado pelas pesadas variações do mercado de trabalho, o trabalhador comum se viu vítima do avanço dos novos discursos tecnogerenciais que, acentuando a opressão da instabilidade, divinizam temas como a flexibilidade, o estímulo à liderança, a maximização de resultados, o controle de qualidade, o *downsizing*, a qualificação constante da mão de obra, o funcionário participante/proativo — o ingrato discurso do “vestir a camisa”. Orientados pela literatura de autoajuda do tipo *pop-management*, muitos desses discursos foram vulgarizados, popularizados e entronizados como clichês da administração empresarial.⁷ O resultado imediato foi o enxugamento da mão de obra e a redefinição de processos laborais.

A redução do ambiente industrial se deu em contrapartida ao crescimento do setor de serviços, situação que consolidou o uso de tecnologias da informação na esfera produtiva. O discurso da maximização de resultados atingiu novos limites com esse arsenal tecnológico, compondo um universo de trabalho virtual que procura otimizar a exploração da mão de obra, aplicando-lhe velocidade e novas rotinas laborais desde o ambiente doméstico. As utopias da emancipação humana e do tempo livre, cujos contornos foram dados pela ciência e pela tecnologia, desfizeram-se em meio à opressão dos novos instrumentos de trabalho: o computador pessoal, a internet, a telefonia móvel.

O desemprego estrutural que atinge inúmeros países industrializados no hemisfério norte tem sido utilizado como a justificativa ideal para a desregulamentação das relações trabalhistas. O alvo é a redução do custo do trabalho formal, na ótica do capital, e o sucesso em alcançá-lo passa pelo contínuo exercício de imposição de novos procedimentos aos trabalhadores. Desregulamentar o mundo do trabalho, nesse caso, significa tirar o trabalhador da

⁷ Importantes investigações desse quadro que se esparrama pelo universo empresarial brasileiro encontram-se em Freitas (2000) e Wood Júnior (2000).

proteção de leis da esfera trabalhista que dispõem sobre direitos essenciais da classe.

Por outro lado, a ruptura dos termos dessa proteção se dá em um contexto de relativo amortecimento da atividade sindical. O discurso liberal, colocando o mercado e a estabilidade financeira acima da proteção do trabalho e da seguridade social, somado à derrocada dos governos socialistas do leste europeu, resultou na crise da esquerda clássica. As organizações que historicamente se alinharam à defesa das posições da classe trabalhadora, seja na atividade partidária ou sindical, têm demonstrado certa ineficiência em reavivar o movimento trabalhista — pelo menos em reavivá-lo nos termos experimentados pela Europa nas décadas posteriores à 2ª Guerra. O arrefecimento da militância tem sinalizado tempos mais conservadores. De resto, o desengajamento da sociedade corrobora a manipulação do Estado por forças alheias ao interesse público, rompendo aos poucos com o histórico compromisso pelo bem coletivo.

As crises econômicas em escala global, outro sintoma da internacionalização do capital desde outros tempos, que, periodicamente, atingem os governos constituídos, a economia cotidiana e os trabalhadores, mas não atingem o capitalismo como processo de acumulação, têm demonstrado a inequívoca solidez do sistema — para desalento dos que se seduzem pela miragem de seu fim. A mais recente crise, desde 2008, denota a hesitação do Estado em prevenir a sociedade das manobras especulativas mais arriscadas. Fator intrínseco do capitalismo, as crises do sistema redundam na destruição de valores e na organização de novos níveis de acumulação — atualmente alcançados na esfera financeira.

As interpretações da atual crise percorrem um roteiro variado dada as múltiplas abordagens teóricas que dela se faz. Alguns pontos desse roteiro merecem, ao menos, ser mencionados: a visão estagnacionista, apontando para os limites do reinvestimento do capital, sob risco de depressão da demanda; a expropriação financeira da força de trabalho por meio dos requintes do sistema bancário; a abordagem conjuntural, privilegiando o aporte tecnológico como gerador de desemprego e repressor da demanda; a redução da taxa de lucro em virtude da ampla concorrência do sistema produtivo mundial nas últimas décadas; a recuperação da taxa de lucro nas economias centrais, a partir dos anos 80, como resultado do aumento da taxa de exploração do trabalho, levando à contenção dos

salários.⁸ Muito embora, as interpretações da crise sejam divergentes, de maneira geral elas convergem para a financeirização da economia em algum grau como um fator importante do contexto da explicação.

Não obstante, a elucidação das razões profundas desse caos econômico ainda esteja aberta ao debate, de modo mais imediato, essa crise pode ser compreendida pelo contorcionismo matemático dos financistas que redundou no crescimento do mercado de derivativos e da sedução do mais novo nicho de consumo, a fatia da sociedade chamada de *subprime*. A recente crise demonstrou que o capital está disposto ao extremo risco, mas não sem o patrocínio do Estado. Afinal, no turbilhão dos eventos que assolou bancos, seguradoras e grandes patrimônios industriais, principalmente nos Estados Unidos, foram os governos constituídos que se dispuseram a sanear o descompasso nos balanços contábeis, injetando vultosas somas em grandes corporações. Tudo em nome da manutenção de um bem maior, a estabilidade econômica mundial, retórica usual para garantir mais um nível no processo de acumulação. Porém, a exclusão social de imensas parcelas da população do planeta, destituídas das possibilidades de consumo mais básicas, denunciam o alinhamento do Estado às demandas dos segmentos privados.

O certo é que essa crise tem aprofundado quadros estruturais de instabilidade já dramáticos em alguns países, sobretudo europeus, que patinam em baixas taxas de crescimento e massivo desemprego — entre outros, Grécia, Portugal, Espanha e Itália são exemplos aqui. A situação de desalento geral que corre em sociedades industriais razoavelmente consolidadas tem por resultado imediato pelo menos dois pontos negativos. De um lado, outorga a adesão dos desafortunados às expressões nacionalistas mais radicais, frequentemente tomando a intolerância por princípio, a violência como meio e a pureza nacional por fim — vide a Aurora Dourada na Grécia. Como não poderia deixar de ser, o recrudescimento desse nacionalismo de perfil étnico e territorial se reconhece nas posições pretéritas de sistemática negação do outro, cujo exemplo clássico é o fascismo de todos os matizes que abundou na Europa há pouco mais de meio século. A animosidade dos locais contra os

⁸ A crise recente tem sido discutida por inúmeros autores, orientados pelas mais distintas correntes interpretativas. Para uma abordagem panorâmica da crise e das muitas explicações de sua causa ver Guttman (2008); Mazzucchelli (2008); Dulci (2009); Dathe (2011); Cipolla (2012).

imigrantes que lhes toma o trabalho tende a acentuar a violência física e simbólica tão característica de outros tempos. Por outro lado, a situação explica, em algum grau, o fanatismo de segmentos não desprezíveis da sociedade; fanatismo enviesado por uma visão distorcida da política, pela religião ou por ambos. Seja pelo caminho do fundamentalismo religioso ou pela adesão às expressões mais atenuadas do espiritualismo carismático, o indivíduo deixa de reconhecer na ação política coletiva e consciente um instrumento de conquista e passa a buscar a orientação metafísica para os seus dramas cotidianos.

Em síntese, as agudas transformações experimentadas pela sociedade contemporânea apontam para as incertezas do mundo do trabalho, para a exclusão do universo de consumo daqueles destituídos de renda e a retração da política como meio legítimo de alcançar as demandas sociais — concomitante ao enfraquecimento dos partidos e sindicatos de esquerda mundo afora. A crise econômica recente só acentuou a percepção negativa desse quadro. O resultado óbvio dessa associação não somente favorece à desestruturação social e desabona uma recuperação econômica em larga escala e no curto prazo, como auxilia na composição de uma atmosfera propícia ao neoconservadorismo de toda ordem que teima em emergir de tempos em tempos.

2 AS ABORDAGENS DO CONTEXTO

Até aqui, a exposição teve por objetivo compor um painel histórico sucinto das décadas recentes. Procuramos sublinhar os temas que, em maior ou menor grau, estiveram ou ainda estão presentes no cotidiano das pessoas comuns. Em vista do que aqui foi exposto, é compreensível a afirmação de que a dinâmica das mudanças contemporâneas carrega certa pretensão de singularidade — sobretudo porque nós vivemos e interpretamos este contexto. Porém, também é preciso dizer que os momentos mais controversos da história da humanidade trazem mudanças profundas e, por vezes, incompreensíveis para os seus contemporâneos. Afinal, carregado de um sentido especial e dramático para os que estão imersos em momentos de aguda transformação social, o instante sempre é percebido como definitivo.

Para alguns intérpretes da contemporaneidade, o eixo do discurso gira em torno do conceito de pós-modernidade. Embora o conceito não tenha uma interpretação unívoca, haja vista a variedade de autores que o fecundaram, ele carrega um sentido mais ou menos geral de que o mundo contemporâneo não se verifica pela via da racionalidade moderna, apontando, ainda, fatores de relevo, como o hedonismo e a degenerescência da vida social, a crise das ideologias e o ocaso das grandes narrativas intelectuais e suas possibilidades explicativas. Isto é, as manifestações da modernidade produzidas desde o século XIX — tais como o coroamento da política e das expressões ideológicas que dela se utilizavam, o avanço da ciência e da tecnologia como esferas da emancipação humana — não conseguiram realizar-se completamente, de modo que a contemporaneidade seria o resultado da crise dessas promessas somada à aceitação do pleno subjetivismo como novo patamar epistemológico.⁹

É conhecida a aura de polêmica que envolve o conceito de pós-modernidade e sua pálida delimitação. Bem como é conhecida a filiação pendular de alguns autores ao exato sentido dessa expressão conceitual — Bauman e Giddens seriam exemplos aqui —, oscilação que talvez revele um pouco da cautela desses pensadores nas zonas de fronteira da teoria social. De todo modo, na investigação dos dilemas contemporâneos, alguns cientistas sociais tem se destacado de modo mais eloquente no cenário acadêmico. Assim, passamos a uma breve exposição das linhas gerais presentes em quatro desses autores, não necessariamente identificados com o conceito de pós-modernidade, mas simpáticos, porém, à noção de que uma relativa ruptura pode ser sentida desde as últimas três ou quatro décadas.

David Harvey desponta entre os mais influentes e citados do atual contexto. Sua avaliação se pauta pelo que ele define como um novo nível da cultura alcançado na sociedade capitalista avançada. Desnudando pontos como trabalho flexível, o fim de modelos fabris tradicionais, o imperativo do capital fictício, do poder financeiro, do individualismo, da desregulamentação do mundo do trabalho, e demais. De certo modo, tais temas emergem no circuito acadêmico desde fins dos

⁹ Cercada de um número razoável de argumentos e contra-argumentos, a discussão em torno da modernidade e da pós-modernidade se aproveita principalmente das contribuições fornecidas pela teoria crítica, por Lyotard, Jameson e outros, conforme Anderson (1999).

70 e pelos anos 80 afora. André Gorz (*Adeus ao Proletariado; Metamorfoses do Trabalho*), Benjamin Coriat (*Pensar pelo Avesso*) e João Bernardo (*Inimigo Oculto; Capital, Sindicato e Gestores; Economia dos Conflitos Sociais*) são também vanguardas em muitos dos temas tratados por Harvey. Muito embora seja necessário sublinhar que, em Harvey, o raciocínio não se abstenha de explorar o panorama das transformações recentes sob um prisma cultural, tomando essa expressão em um sentido mais amplo.

Harvey (2010) faz eco às posições que encaram a modernidade clássica e seus reflexos como elementos deslocados por um novo patamar das relações sociais e das expectativas humanas. O autor (2010) reconhece na contemporaneidade a superação das condições históricas precedentes, em proveito de uma ruptura que impõe aos indivíduos a obrigatoriedade da adaptação constante em um mundo permeado por latentes cadeias de dominação. Assim, a reestruturação produtiva das unidades fabris e as novas formas do capitalismo industrial organizado são abordadas pela dimensão das novas sociabilidades que provocam. Esse contexto é caracterizado pela tecnologia e orientado por um novo estágio de acumulação do capital, capaz de submeter o trabalhador às mais distintas situações de poder, nem sempre fáceis de reconhecer mais sempre opressoras. O alinhamento com algumas expressões sínteses evidenciam a aproximação do autor com o entendimento mais geral do que se tem chamado de pós-modernidade — acaso, anarquia, desejo, desregulação, transitoriedade, estética, finanças, flexibilidade, fragmentação, indeterminação, individualidade, retórica, etc (HARVEY, 2010). Diga-se que tais expressões são descritivas no encadeamento argumentativo do autor, muito embora carreguem uma clara pretensão à função teórica.

Ulrich Beck (2010), por sua vez, apresenta a contemporaneidade pela perspectiva dos riscos e incertezas produzidas pelo novo estágio da sociedade industrial, por ele chamada de “nova modernidade” ou “sociedade de risco”. Os riscos no mundo atual superariam as condições de classe, atingindo a todos os segmentos da sociedade em vista de suas características generalizantes: sua onipresença, a impossibilidade de sua adequada mensuração e a incapacidade de neutralizá-los plenamente por meio de qualquer ordenamento. Os riscos ecológicos, bioquímicos, financeiros, bélicos, informacionais passam por temas já conhecidos e tratados por outros autores, tais como a globalização, as crises sistêmicas, os limites

da ciência e da tecnologia, o desemprego fabril, e toda ordem de situações ou catástrofes globais que acometem o indivíduo comum, imobilizando-o diante de esquemas de opressão no nível econômico, político ou psíquico (BECK, 2010).

O sombrio cenário apreendido por Beck seria o responsável por solapar a modernidade clássica, conduzindo as relações sociais pelo caminho do individualismo extremo. O sentido de indivíduo no mundo contemporâneo produz, assim, novas referências para a dinâmica social. Em favor desse argumento, Beck exemplifica que as doenças e epidemias, a violência, a degradação ambiental, a incerta crise climática, o fundamentalismo religioso, o crime organizado, o terrorismo e demais inquietações cotidianas, seriam perigos experimentados pelo indivíduo e não mais pelas parcerias coletivas. Isto é, o apoio de manifestações coletivas como a família, o grupo, a comunidade ou a classe não se apresenta mais como o suporte disponível ao enfrentamento dos dramas convencionais ou imprevistos (BECK, 2010).

Outro autor que dá grande ênfase à investigação dos tempos recentes é Zygmunt Bauman (2001). Na sua abordagem do atual contexto o sociólogo de origem polonesa aponta para inúmeros fatores de relevo: a desintegração social, a fragilização do sujeito com a perda de suas referências coletivas, o desengajamento político, o triunfo da imagem, o poder corporativo, a volatilidade do capital, a subordinação do indivíduo aos imperativos de um novo mundo do trabalho, mais flexível e não menos oneroso ao trabalhador, a miséria e a crescente injustiça social, sobretudo, nos ambientes urbanos mais populosos. Bauman (2001) constrói seu argumento em vista de uma dinâmica social que lança o indivíduo numa espiral de opressão sem fim. Um mundo que conjuga excessos e carências materiais, envolvido pela inconstância das circunstâncias midiáticas. Momento em que se alarga o universo das coisas mercantilizáveis, empurrando a todos para o inevitável confronto com a lógica do consumo e da exibição — a despeito de o consumo não estar igualmente ao alcance de todos (BAUMAN, 2001).

Para o autor (2001), trata-se de uma “modernidade líquida”, denominação adotada nas suas publicações da última década. Na fluidez da contemporaneidade, Bauman (2001) reconhece uma identidade que se constrói como processo permanente, em vista da corrosão de padrões estabelecidos de comportamento e da pressão das novas situações de integração social. A metáfora da fluidez se refere,

assim, à inconstância da atualidade, o tempo do movimento, momento das efêmeras relações, dos desejos transitórios, da fragilidade do sujeito e dos laços sociais, do imprevisível destino do cotidiano. Nesse contexto, o autor (2001) sublinha que as instituições historicamente constituídas — família, classe, valores, comunidade — perderam sua configuração original em vista da mutação permanente dos seus pontos de referência. A instabilidade é inerente à modernidade líquida, pois que provoca a transgressão dos padrões tradicionais de orientação e segurança. Derrete os sólidos habituais reconhecidos socialmente para acomodá-los em novos moldes, numa operação contínua e incerta (BAUMAN, 2001). Enfim, a ótica do sociólogo revela um mundo pessimista em que as possibilidades da emancipação humana se estreitam na medida em que se agigantam estruturas de poder que não se subordinam mais ao exercício da política tradicional. De resto, a própria política se reduz ao universo dos ganhos imediatos, incapaz, portanto, de controlar instâncias ultradinâmicas como o mercado, as corporações, as finanças.

Em razão do compasso acelerado da tecnologia nas últimas décadas, com os requintes dos meios de comunicação que consagraram o computador pessoal, a internet e a telefonia móvel, novos laços de sociabilidade se impõem à investigação dos cientistas sociais. Essa é uma das premissas fundamentais da investigação de Manuel Castells, cujo trabalho faz uma abordagem dos novos níveis alcançados pela tecnologia da informação como veículo capaz de alterar em definitivo a economia e os padrões de sociabilidade daqueles que estão familiarizados e imersos em tais recursos. Desempenhando um papel central nas transformações sociais recentes, a tecnologia, como um novo paradigma, consagra a dinâmica econômica em um original estágio de desenvolvimento, não mais exclusivamente industrial, mas informacional. Estágio capaz, segundo Castells (2010a), de reiterar a integração global e ultrapassar as fronteiras do Estado nacional.

Essa integração é marcada pelo conceito de Rede, isto é, um conjunto de nós interconectados que viabilizam o trânsito de informações, poder, influência, experiências, desejos, expressões culturais e toda sorte de relações. A sociedade em rede na era informacional, como define Castells (2010a), funciona como uma instância capaz de costurar as afinidades, a despeito de sua condição de aparente isolamento e impessoalidade dado o relativo distanciamento de seus aderentes, mas é destituída de um sentido objetivo absoluto por conta de sua volatilidade. Assim, a

rede, como estrutura aberta e ágil, permite a filiação ilimitada de novos nós, desde que compensada a comunhão de valores e objetivos (CASTELLS, 2010a).

Porém, o autor (2010a) adverte que o mundo da integração virtual admite brechas razoáveis se considerarmos o radical processo de exclusão dos indivíduos ou segmentos sociais que são incapazes de se adaptar ao perfil desse desenvolvimento informacional. Inevitavelmente, os que não compartilham dessa integração na chamada sociedade da informação são lançados à margem dessa teia de novas sociabilidades, o que significa uma nova modalidade de exclusão social, segundo Castells (2010a). Muito embora a sociedade em rede implique num impacto perverso aos que estão fora de seu círculo, por outro lado, impressiona sua capacidade de viabilizar as relações sociais em novos níveis.

Castells (2010a) reconhece que a tecnologia tem especial papel na remodelação das práticas sociais e na composição de uma cultura da virtualidade, dotada de competência para reforçar a identidade dos muitos segmentos da sociedade. Particularmente, a identidade de projeto, na expressão do autor, isto é, aquela que amplia o escopo de movimentos sociais em proveito de um novo estágio de manifestação e organização, tem se utilizado habilmente dos recursos disponíveis na era informacional para alargar uma perspectiva relativista e agregar simpatizantes. O ambientalismo, o feminismo, a defesa das liberdades sexuais e dos direitos individuais, os coletivos antiglobalização, enfim, são exemplos de movimentos identitários contemporâneos que se constituem para a transformação das relações humanas em benefício dos estigmatizados, de novas comunidades de significado, da singularidade cultural ou do coroamento de uma prática política pela via da cultura. Por outro lado, movimentos reativos são, na mesma proporção, responsáveis por fazer o contrapeso das tendências definidas como progressistas, tais como os grupos defensores da tradição, da pureza étnica, do território, do fundamentalismo religioso, entre outros (CASTELLS, 2010b).

Muito embora os autores aqui escassamente lembrados não possam ser inscritos indistintamente nas fileiras do ambíguo argumento pós-moderno, é claro, em todos eles, a aceitação de que mudanças não desprezíveis têm marcado as décadas recentes. À margem com as especificidades presentes em cada um dos autores, há um sentido de ruptura que, em doses variadas, emerge de suas contribuições. O superdimensionamento dessas mudanças abona certa noção geral

de demarcação de fronteiras entre o cotidiano que experimentamos e as vivências coletivas distantes a mais de meio século. Sugerimos, porém, que a variabilidade dos fenômenos recentes, explorada na primeira parte deste trabalho, não pode ser tomada arbitrariamente como um corte histórico sem qualquer laço com episódios pretéritos. Sintomático que eventos marcantes de nossa época sejam concebidos como novidades, haja vista seu impacto na vida cotidiana. Afinal, os muitos desdobramentos do argumento de uma história definitiva estão coroados pelo juízo vanguardista que sempre supõe o presente como inaugural. Contudo, elementos-chaves da contemporaneidade, como a financeirização da economia e a reestruturação produtiva e seu impacto no mundo do trabalho, estão conectados com o desenvolvimento do capitalismo desde outros tempos de crise.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dinâmica das sociedades industriais tem sido tema central nas ciências sociais pelo menos desde o século XIX. A elaboração do repertório teórico na área se vincula nitidamente a esse tema, cuja expectativa sempre foi a de compreender a conformação dos interesses coletivos frente às inúmeras variáveis que se lhe apresentam ao longo da história. É claro que a amplitude desse repertório está enraizada não somente na inconstância típica da vida social, mas também no vasto leque das abordagens possíveis nos distintos universos disciplinares das humanidades — abordagem sociológica, política, histórica, econômica, antropológica, linguística. Muito do desenvolvimento dessa teoria social foi produzido como resultado das transformações, crises, mobilizações, revoluções e demais questionamentos crônicos da sociedade em contextos históricos singulares. Além da importância *per se*, a mudança social tem sido, portanto, um termômetro do debate intelectual de uma época.

Imbuídos dessa percepção muito geral, retomamos o fio condutor desse texto. O que há de novo nos tempos que correm? A confiança do mercado, o poder financeiro e os limites do Estado são fenômenos profundos de nossa época, muito embora não sejam propriamente novos. Alguma novidade talvez resida no fato de que tais fenômenos sejam elevados à máxima potência em nosso tempo. Porém, a autêntica ruptura parece recair na velocidade dos meios de comunicação e de

transporte, no fácil deslocamento de capitais e bens de consumo e no estreitamento de relações virtuais com o uso de um arsenal tecnológico sem paralelo com qualquer outro momento da história. Esses são possivelmente pontos de destaque no quadro atual.

Acreditamos que esse momento impõe transformações importantes na forma como as pessoas se relacionam em ambientes sociais complexos. Isto é, por conta da velocidade e dos muitos expedientes da tecnologia, é razoável aceitar que novas sociabilidades estejam sendo fundadas em circunstâncias ainda não plenamente esclarecidas, como bem apontou Castells. Esse quadro, enviesado pelo crescimento de relações virtuais instantâneas capazes de dar um sentido mais exato à globalização contemporânea, redundando em ameaça permanente às identidades locais. Ao que parece, são tais circunstâncias que dão os contornos mais precisos da contemporaneidade, realizando-a em contraste definitivo com o passado.

É certo que as recentes transformações e seu impacto na vida social têm conduzido as interpretações das ciências sociais contemporâneas por múltiplos caminhos, destituídas de certezas e como que tateando um terreno ainda movediço. Porém, recordamos que a apreensão da dinâmica histórica é sempre variável. Quanto mais conturbado nos parece o contexto, mais nos aguça a visão de uma ruptura profunda e melancólica com tempos mais coerentes — momento em que a interpretação do mundo parecia mais precisa e se podia contar com o beneplácito dos clássicos. Essa abordagem da relação passado/presente é, em alguma medida, viciada pela memória coletiva e, portanto, não deixa de se envolver por certa ucrônia de um passado tomado como ideal e de um insondável futuro percebido com extrema cautela.

Em razão desse argumento, compreendemos que o advento de inúmeras transformações — desde as tecnológicas até as do universo do trabalho, passando pela financeirização da economia, pelo mercado superlativo e pela globalização — tem corroborado as expectativas de muitos cientistas sociais no que diz respeito ao corte histórico em relação às características sociais de tempos não muito remotos. Talvez a perspectiva da transição abrupta traga muito mais o desejo de aceitá-la como um fato notável do mundo contemporâneo do que propriamente uma realidade histórica de curto prazo efetivamente concreta.

Em meio aos melhores argumentos dos autores atuais, não é difícil captar certa angústia em relação aos tempos que correm, como se, por conta do arsenal de mudanças, a redenção ou o colapso social se avizinhassem. Nos textos que investigam a atualidade, vez por outra brota um indisfarçável desalento — ou desespero —, dando-nos a impressão de que a humanidade jamais viveu outros momentos de singularidade em larga escala e a contemporaneidade, ápice de toda a história, é apresentada como o derradeiro momento da integração ou do fracasso. Afinal, perguntamos: qualquer momento histórico de aguda transformação econômica e política ou que tenha experimentado um aporte tecnológico altamente inovador não traz os dramas da adaptação, da violência, da exclusão, da exploração e demais instabilidades de ocasião? A conquista do Novo Mundo, a expansão do comércio, a industrialização, o neocolonialismo, a eletricidade, a invenção dos modernos meios de comunicação, as grandes guerras, os movimentos revolucionários, entre outros, também não foram, a seu tempo, momentos desagregadores capazes de provocar um sem número de inquietudes?

Evidentemente, o campo da investigação do cotidiano está aberto à constituição de uma teoria social de longa abrangência ou à retomada dos clássicos de maior reconhecimento entre os cientistas sociais, sem que isso signifique propriamente um alinhamento às narrativas históricas de viés determinista. Afinal, Weber já enfatizava uma abordagem crítica às narrativas totalizantes, em favor do indutivismo, da particularidade dos fenômenos sociais e da compreensão delimitada pela historicidade dos eventos. A teoria weberiana não só denunciava toda e qualquer proposta viciada pela interpretação nomológica, como também desconfiava do teleologismo e do determinismo histórico.

Seja como for, as abordagens atuais têm ainda diante de si o desafio de demonstrar sua eficácia na interpretação da média ou da longa duração, pois que escassas, em alguma medida, de um encadeamento teórico consistente que dê conta da dinâmica social mais aguda, como foram pródigos os clássicos do pensamento social. Autores da atualidade, como Harvey, promovem um bom passeio descritivo pelos dilemas contemporâneos, enquanto outros, como Bauman ou Castells, são bem sucedidos em apontar rotas mais seguras para a explicação de aspectos parciais da contemporaneidade. Porém, talvez padeçam de uma dupla condição, não são muito eficazes em lograr um repertório teórico que alcance os

muitos matizes da vida atual e, para além do sucesso editorial, falta-lhes um reconhecimento capaz de superar as diversas fronteiras disciplinares no campo das humanidades, possibilitando um diálogo mais produtivo com outros ramos do conhecimento.

De outro modo, se o atual contexto é de fato surpreendente pelas amplas mudanças que propõe, talvez seja necessária uma virada metodológica, criativa o bastante para aprimorar ou romper com as interpretações costumeiras. Apontando para um novo padrão interpretativo que possa alcançar a contingente capacidade de acomodação da sociedade às crises de toda ordem que a história reconhece; um novo repertório teórico que possa desnudar de modo eficaz as forças da permanência que continuam a herdar o mundo em meio aos agudos processos de mudança, rejuvenescendo velhas estruturas de poder em novos formatos.



IMPRESSIONS OF CONTEMPORARY TIMES: MARKET, FINANCES, CRISIS AND THE WORLD OF WORK

Abstract:

Highlighting some aspects of contemporary social changes is the purpose of this essay, resuming themes of unequivocal importance today, as well as the best known interpretations produced about them. Thus, we have pointed: the centrality of the market, bringing out its capacity of, at the same time, oppressing the individual by building new needs and depreciating the power of state intervention; the increasing financialisation of the economy, whose influence in the process of redirecting capitalist accumulation can be understood only with the contribution of new technologies in a globalized world; the dynamics of labor relations in contemporary times, particularly against the recent crisis plaguing some central economies.

Keywords: Contemporaneity. Market. Crisis. World of work. Financial capital.

IMPRESIONES DE LA CONTEMPORANEIDAD: MERCADO, FINANZAS, CRISIS Y EL MUNDO DEL TRABAJO

Resumen:

Destacar algunos aspectos de los cambios sociales contemporáneos es el objetivo de este ensayo, retomando temas de inequívoca importancia en la actualidad, así como las interpretaciones más conocidas producidas sobre ellos. Así, podemos destacar: la centralidad del mercado, con su capacidad de, al mismo tiempo, oprimir a la persona mediante la creación de nuevas necesidades y menospreciar el poder de intervención del Estado; la creciente financiarización de la economía, cuya influencia en la redirección del proceso de acumulación capitalista sólo puede entenderse con la aportación de las nuevas tecnologías en un mundo globalizado; la dinámica de las relaciones laborales en el mundo contemporáneo, en especial frente a la reciente crisis que asola a algunas economías centrales.

Palabras clave: Contemporaneidad. Mercado. Crisis. Mundo del trabajo. Capital financiero.



REFERÊNCIAS

ANDERSON, P. **As Origens da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BECK, U. **Sociedade de Risco**: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2010.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2010a.

CASTELLS, M. **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2010b.

CIPOLLA, F. P. Diferentes teorias marxistas de crise e diferentes interpretações da crise atual. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, n. 1 (44), abr. 2012.

CORIAT, B. **Pensar pelo avesso**: o modelo japonês de trabalho e organização. Rio de Janeiro: Revan/Editora da UFRJ, 1994.

DATHEIN, R. Crise econômica e taxa de lucro nos EUA. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, maio/ago. 2011.

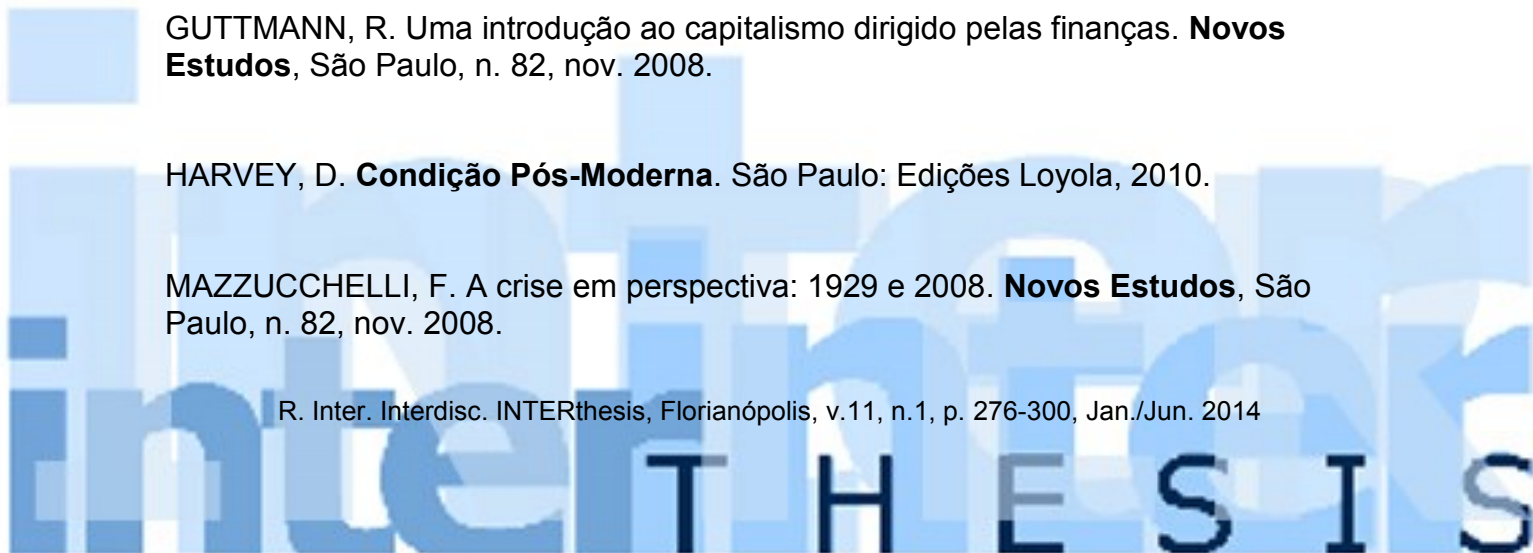
DULCI, O. S. Economia e política na crise global. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 23, n. 65. 2009.

FREITAS, M. E. Contexto social e imaginário organizacional moderno. **Revista de Administração de Empresas – FGV**, São Paulo, v. 40, n. 2, abr./jun. 2000.

GUTTMANN, R. Uma introdução ao capitalismo dirigido pelas finanças. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 82, nov. 2008.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

MAZZUCHELLI, F. A crise em perspectiva: 1929 e 2008. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 82, nov. 2008.



MORAES, R. C. C. Globalização e Políticas Públicas: vida, paixão e morte do Estado Nacional?. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, maio/ago. 2004.

POLANYI, K. **A Grande Transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

THE ECONOMIST. Special Report - The Rise of State Capitalism. Jan., 21, 2012.

TILLY, C. **Coerção, Capital e Estados Europeus**. São Paulo: EDUSP, 1996.

WOOD JÚNIOR, T. Organizações de simbolismo intensivo. **Revista de Administração de Empresas – FGV**, São Paulo, v. 40, n. 1, jan./mar. 2000.

Ensaio:

Recebido em Novembro 2013.

Aceito em Março de 2014.

